

O seminário e fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”, realizado no passado dia 2 de fevereiro, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, reuniu 40 pessoas, entre cidadãos, investigadores/as, ativistas, membros de associações, movimentos e plataformas portuguesas. Houve partilha e debate sobre as diferentes maneiras de enfrentar e resistir aos projetos extrativistas e dar visibilidade às alternativas construídas e apresentadas pelas comunidades às atividades de exploração mineral em Portugal, Brasil, Chile e Peru.

Os ativistas, membros de associações, movimentos e plataformas portuguesas relataram as lutas contra a exploração dos caulinos, em Soure; de feldspato, em Monchique; de petróleo, no Algarve; de ouro, na Boa Fé (Serra de Monfurado); e os conflitos gerados em torno da mineração do urânio na Região Centro e, a ameaça de exploração deste minério em Nisa.

América do Sul: a falta de limites à mineração e a resistência indígena

A primeira parte do evento foi dedicada aos casos de resistência na América do Sul. A experiência das comunidades indígenas, no Chile e no Peru, a forma como construíram alternativas à mineração tendo por base a autonomia e a autogestão foram apresentadas pelo investigador inglês Rajiv Maher, da Universidade Católica do Chile e da Copenhagen Business School. O discurso da “responsabilidade social e empresarial” (RSE) foi colocado em cheque, argumentando que, mesmo com as políticas de RSE colocadas em prática pelas empresas de mineração, as comunidades reagiram e disseram “não” à ameaça de destruição ambiental e fragmentação de seus territórios. Determinantes, nestes casos, foram os valores indígenas desconhecidos pelas empresas. As contra-estratégias das empresas (muitas vezes apoiadas pelos governos) para derrubar as propostas alternativas, sobretudo através da cooptação e divisão das comunidades, também foram lembradas.

Do Brasil, a relação entre o desastre provocado pela rutura da barragem de resíduos de minério de ferro da empresa Samarco, uma *joint-venture* das mineradoras Vale e BHP Billiton, em Mariana, no Estado de Minas Gerais, a falência do modelo económico e tecnológico adotado pela indústria da mineração naquele país, a ausência de segurança nessas atividades e as resistências à crescente destruição do território naquele Estado, foram abordadas pela professora da Universidade Federal de Ouro Preto, Adriana Bravin. As estratégias utilizadas pela sociedade civil para dizer não à mineração naquela região foram relatadas, tendo como foco o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, que há sete anos resiste à ameaça da empresa de mineração Vale sobre uma importante fonte de abastecimento de água da região metropolitana da capital Belo Horizonte.

A primeira parte das apresentações foi comentada por Fabián Cevallos Vivar, doutorando no Programa Doutoral em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”(CES, FEUC) que a este propósito propôs recuperar posições éticas e políticas que ajudem não só a superação imediata do neo-extrativismo (baseado na subordinação mercado-natureza), mas a levantar novas críticas ao modelo de (mau) desenvolvimento, tomando como base visões de descolonização, desmercantilização, democratização e despatriarcalização. Estas formas plurais encontram-se no âmbito comunitário popular e procuram transcender o Estado-Nação, referindo-se à configuração das instituições pós-estatais baseadas em economias que reconheçam as formas de democracia direta, a defesa dos direitos dos povos indígenas e os direitos da natureza.

A experiência portuguesa: mapeando e analisando conflitos

A segunda parte do evento foi dedicada aos casos de resistência em Portugal. A apresentação da investigadora do CES Coimbra, Lúcia Fernandes abordou o trabalho de inventariação e enquadramento dos conflitos ambientais em Portugal, em curso desde agosto de 2014, pela Oficina Ecologia e Sociedade (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra) e Centro de Investigação em

Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS, Universidade de Lisboa), em colaboração com o Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil). O trabalho baseia-se na constituição de uma comunidade alargada de investigação na qual diferentes atores compartilham e constroem conhecimento sobre as ameaças das várias atividades económicas, entre elas a extrativista, e constroem alternativas. Em março de 2015 foi lançado o mapa português de conflitos ambientais (<http://ejatlas.org/featured/portugal>), parte do mapa mundial de conflitos ambientais do projeto FP7 EJOLT- *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade*.

Ana Raquel Matos, investigadora do CES, apresentou uma análise dos principais casos de conflito sobre mineração identificados em Portugal nas últimas décadas, dando especial visibilidade à relação entre ambiente, saúde e cidadania. Apresentou um mapeamento cronológico e territorial dos principais conflitos sobre mineração identificados, dando especial atenção às particularidades de cada caso; às razões geradoras de cada conflito; aos principais atores que se opõem; aos diferentes argumentos que avançam e aos reportórios de ação e técnicas de protesto usados em cada contexto, avaliando os seus potenciais impactos na resolução dos conflitos. Deu destaque às lutas desencadeadas tanto pelas populações afetadas, como por associações ou movimentos de protesto criados ou fortalecidos nas localidades onde se concretizou ou estava planeada a exploração mineral.

Os comentários desta parte ficaram a cargo de Verónica María Yuquilema Yupangui, doutoranda no Programa Doutoral "Pós-Colonialismos e Cidadania Global" (CES, FEUC), que referiu a importância e o valor dos processos de resistência levados adiante pelos movimentos sociais contra as atividades extrativistas. Neste sentido, abordou as iniciativas que nasceram nas organizações indígenas e camponesas no Equador para combater o modelo de desenvolvimento extrativista baseado nos pensamentos eurocêntrico e antropocêntrico dominantes. As experiências compartilhadas nasceram de dois processos de resistência concretos: o da população de Tundayme, na província de Zamora Chinchipe que, no seu caminho de luta contra o projeto de mineração Condor-Mirador, empreendeu um processo *sui generis* de autodeterminação como povo indígena; e o caso da população camponesa da Zona de Intag, na província de Imbabura, que durante quase duas décadas resistiu ao projeto de minerador Llurimagua. No seu caminho de defesa, esta população promoveu projetos de produção agrícola, de turismo e desenvolvimento sustentável para combater as políticas desenvolvimentistas impostas.

A experiência portuguesa: movimentos de resistência

A segunda parte do evento foi dedicada à partilha das experiências de resistência no território português e à aprendizagem que essas lutas trouxeram.

A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU), foi representada pela engenheira do ambiente Joana Travessas, que através de um enquadramento histórico que remonta ao ano 2000, apresentou a evolução positiva que as minas têm tido ao longo dos últimos anos, com a requalificação ambiental feita pelo Estado português, através da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, após as inúmeras reivindicações feitas por esta associação. Mas também apresentou os casos de minas onde ainda não houve intervenção estatal. Estas minas apresentam problemas ambientais graves, sendo que o prazo determinado para a requalificação das 66 minas de urânio terminou no ano de 2013. A AZU mantém o acompanhamento dos trabalhos de requalificação junto desta entidade, alertando para as situações eventualmente perigosas.

Representada pelo antigo trabalhador das Minas da Urgeiriça e Presidente da Associação dos Antigos Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU), António Minhoto, reforçou os esforços levados a cabo nos últimos anos para a efetivação das indemnizações às famílias dos que morreram devido à exposição à radioatividade no trabalho nas minas. E apresentou o que ainda estava por fazer.

A aprendizagem, a partir do passivo ambiental e laboral das minas de urânio na Região Centro, fortaleceu o Movimento Urânio em Nisa Não (MUNN), criado em 2007. José Janela, do Núcleo

Regional de Portalegre da Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza) e do Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), relatou que naquele ano diversas empresas canadianas sondaram a Câmara Municipal de Nisa para começar a extrair urânio por um período de seis a oito anos. Em junho de 2007, um grupo de quatro cidadãos, preocupado com as consequências dessa atividade para o meio ambiente e a saúde da população, contactou a Quercus. Essa diligência motivou a organização a promover um debate a 4 de julho de 2007 e, como consequência, à criação do MUNN, um movimento cívico contra a exploração de urânio em Nisa. Realizaram-se ações diversas, como por exemplo, em 2008, uma tribuna cívica seguida de uma grande marcha. A organização do movimento local e as ações desenvolvidas contribuíram para que não exista exploração de urânio em Nisa até os dias de hoje.

Em nome da Comissão de Luta contra o Caulino, em Bonitos, Soure, o biólogo José Miguel Oliveira deu a conhecer a área pedida para concessão da exploração à Direção-Geral de Energia e Geologia e contra a qual se pronunciaram por unanimidade o Executivo da Câmara Municipal de Soure, a Assembleia Municipal a Junta de Freguesia de Soure e Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Soure. Em diversas reuniões, também as populações se pronunciaram contra o que todos consideraram acabar com a sua qualidade de vida e com o ambiente, tendo como consequência poeiras, ruídos, diminuição da mancha florestal e contaminação de águas e terrenos agrícolas. A seguir, Fátima Pinhão, em nome da mesma comissão, referiu todas as ações desenvolvidas, nomeadamente uma petição (discutida e votada na Assembleia da República); reuniões com Grupos Parlamentares, entre outras. A luta das populações ainda não acabou, mas já dura há dois anos sem avanços da atividade. O caso de Évora foi também apresentado por Helena Figueiredo, dando conta que a população e ativistas mobilizaram-se contra a abertura de uma mina de ouro para exploração a céu aberto, por um período de cinco anos, na Boa Fé, em plena Serra de Monfurado. O que poderia vir a afetar uma área classificada como sítio Rede Natura 2000. A mina da canadiana Colt Resources (por intermédio de uma empresa portuguesa) ocuparia cerca de 100 hectares, implicando o abate de seis mil sobreiros e azinheiras, e seria constituída por duas cortas de cerca de 100 metros de profundidade em sete hectares cada, duas escomboreiras e uma barragem de resíduos, ocupando 32 hectares onde seriam depositadas 10 mil toneladas de metais pesados. Os ativistas e moradores da Boa Fé conseguiram, através de intervenção pública sistemática e junto dos serviços oficiais, demonstrar que o projeto apresenta elevados riscos ambientais. O projeto põe em causa a saúde pública, a sustentabilidade das atividades económicas desenvolvidas e o modo de vida da população e ameaça os recursos hídricos da serra, cujas linhas de água confluem na bacia do Sado, bem como várias espécies protegidas. Com a sua ação conseguiram que a Assembleia Municipal de Évora se viesse a declarar unanimemente contra o projeto e a rejeitar a declaração de interesse municipal, primeiro passo para que o projeto não venha a ser concretizado.

Dieter Malter, membro da A Nossa Terra Associação Ambiental abordou a mobilização local contra a exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, uma área de Rede Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, em Monchique, no Algarve. Em 1996, empresas alemãs e norte-americanas manifestaram interesse em iniciar a exploração de feldspato em Monchique, não tendo obtido sucesso, pois o presidente da câmara na ocasião se mostrou contrário. Foi fundada nesse ano a associação A Nossa Terra, que vem denunciando também a extração ilegal de pedras a serem utilizadas na construção civil e os impactos da suinicultura. Houve, em 2011, uma nova tentativa de interessados na exploração de feldspato. Os cidadãos alegaram que a mineração descaracterizaria Monchique, ao envolver uma área muito extensa, além de causar poluição e danos para o ambiente (nomeadamente os aquíferos), as pessoas e animais que vivem na área. Para mais não iria trazer nenhum benefício económico, na medida em que não geraria empregos e a pedra iria ser levada para uma empresa no norte para ser valorizada. Entre 2011 e outubro 2015 não houve desenvolvimentos do caso. Em outubro 2015, teve início a remoção de terra e pedras em Carapitotas sem licença e a Comissão para a Coordenação e

Desenvolvimento Regional e a Câmara de Monchique embargaram a obra. Em fevereiro 2016, preparavam-se novas remoções, que foram também impedidas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana.

Os representantes da Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), Francisca Viegas, Rosa Guedes e Sara Nan Keller, fizeram a sua intervenção através de skype. Apresentaram informação sobre os vários contratos para prospeção e exploração de petróleo e gás natural já formalizados, referindo que foram feitas sondagens para estudo e algumas perfurações estão a ser preparadas. A PALP formou-se em 2015 em oposição a estes projetos e reivindica a denúncia dos contratos já assinados, contando atualmente com a adesão de 10 organizações. Defende que a exploração de petróleo e gás no Algarve e em qualquer parte de Portugal representa uma ameaça ao ambiente, à biodiversidade e à economia da região, argumentando que, no caso do Algarve, o turismo é o motor económico com maior valor e importância para a região. Em novembro de 2015, uma petição foi enviada à Assembleia da República e aguarda agendamento de debate. Apesar desta mobilização e da oposição do governo regional, ainda não foram renunciados os contratos já assinados.

No final de cada intervenção houve debate e foi realizado um debate. Brevemente, os vídeos das intervenções serão divulgados.